

CÂMARA MUNICIPAL
DA
COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ACTA Nº 3-A/2013

Da reunião ordinária privada realizada no dia 15 de Novembro de 2013, iniciada às 09:01 horas e concluída às 13:28 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Intervenção do Público	2
Período Antes da Ordem do Dia	10
Período da Ordem do Dia	18
Agenda	18
Actas	18
Balancete	20
DAG	21
DOP	26
DGU	36
DEASS	39
Aprovação em minuta	41
Votação das deliberações	41
Encerramento	41
Montante Global dos Encargos	41

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

ABERTURA

ACTA Nº 3-A/2013

No dia quinze do mês de Novembro do ano dois mil e treze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo na cidade da Covilhã, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Nelson António Mendes da Silva, Maria Paula Albuquerque Figueiredo Simões e José Joaquim Pinto de Almeida.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

I – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Augusto Macedo**, Presidente da Junta de Freguesia do Ferro, questionou o Senhor Presidente sobre a falta de respostas aos seus faxes, e-mails, telefones e cartas registadas, para resolver questões da sua Freguesia, afirmando ser um desrespeito para com a população da Freguesia do Ferro.

Falou também do Centro Interpretativo da Cereja, informando que o prazo para obter os valores atribuídos à candidatura encontra-se já expirado, um investimento de cerca de 200.000,00 € que irá criar emprego e desenvolvimento local, correndo-se o risco de se ter que devolver o dinheiro já recebido, sem que seja definido o compromisso da Câmara, através da celebração de um protocolo, de comparticipar o valor em falta.

O Senhor Presidente cumprimentou os presentes e manifestou o seu espanto, em relação às questões colocadas pelo Senhor Presidente, uma vez que já estiveram reunidos duas vezes e nada lhe foi transmitido, que tanto o Senhor Presidente como o Senhor Vice-Presidente, responsável pelas Freguesias, como a Senhora Vereadora estão sempre à disposição para receber os Presidentes de Junta e que todas as questões apresentadas são da maior importância, que a seu tempo todas serão analisadas e resolvidas e que terão toda a atenção necessária, mas que não se poderão resolver em três semanas, as questões que não foram resolvidas em 20 anos.

O Senhor Vereador Nelson Silva, após cumprimentar todos os presentes, solicitou a palavra felicitando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia pela iniciativa realizada na Freguesia, a “Feira da Castanha”, uma iniciativa fulcral que visa a dinamização do mundo rural, muito bem organizada, com muitos visitantes e muito sucesso.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, é apenas saber se a Câmara tem ou não disponibilidade para avançar para a celebração de um Protocolo que permite obter um conjunto de valores muito importantes, para a concretização de um projecto financiado pelo PRODER, que é a construção do Centro Interpretativo da Cereja. Disse que já nas reuniões anteriores esta questão foi colocada ao órgão, pelo Senhor Vereador Pedro Farromba, fazendo referência a uma carta registada remetida à Câmara, em que se dizia que havia necessidade urgente de se avançar com este Protocolo, para se poder demonstrar que este projecto tem a maior importância para a captação de fundos comunitários e que não se perderia.

Referiu ainda que, este tipo de projectos são fundamentais para a região e para a valorização da actividade agrícola e dos seus produtos, permitindo o aumento de riqueza e de emprego local e sendo um Projecto que permitirá investigação, permitirá alavancar outros projectos ao nível da agro-indústria, entre outros. Temos neste momento um cerejal de 56 hectares, implementado no Ferro e uma Central Fruteira a ser terminada, que representa 1,6 milhões de investimentos na região e que não pode ser ignorado, tal como não podemos deixar de valorizar a produção de cerca de 20% de cereja no nosso concelho, porque ela não é só da cidade do Fundão, é de toda a Cova da Beira.

O Senhor Presidente reiterou a preocupação que tem em relação ao projecto e a essa fileira do nosso sector agrícola, não podendo ser resolvidas em três semanas, o que não foi resolvido em vinte anos e, porque não quer que a história se repita, como por exemplo a de um investidor local que teve que ir pedir apoio à Câmara do Fundão, por não ter obtido a

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

ajuda da Câmara local, do Executivo anterior. Tem que se estudar, analisar, sem precipitações, todas as questões, até porque o Município não tem as condições financeiras que gostaria de ter e por isso tudo tem que ser ponderado, com o tempo necessário.

Tomou da palavra o Senhor Vereador José Pinto, que após ter cumprimentado todos os presentes, disse que já teve oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que lhe manifestou a dificuldade que tem em comunicar com a Câmara, deveras preocupante se realmente for dessa forma, como um *déjà-vu*, que aconteceu com ele, nos anteriores mandatos, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, desejando que seja apenas pelo facto de se estar no início do mandato.

Referiu ainda que o partido que representa, a CDU, concorda com as iniciativas locais, em prol do desenvolvimento do concelho, designadamente a Feira da Castanha.

Sugeriu que, à semelhança do Rancho Folclórico da Boidobra que criou um projecto para a criação de um Centro Interpretativo, a Freguesia do Ferro recorre-se à banca para obter financiamento, apesar das dificuldades existentes actualmente, e gostaria que ambas as situações pudessem ter a atenção e o apoio necessário, para poderem desenvolver os seus objectivos.

O Senhor Vereador Joaquim Matias interveio e após saudar os presentes, disse que lhe tem chegado algum eco, relativamente à dificuldade que existe em contactar os responsáveis da Câmara Municipal e se por um lado é compreensível a situação, por se estarem a instalar e a lubrificar os carris para que as coisas possam ser feitas de uma forma organizada e de encontro às pretensões das pessoas, por outro lado deverão ter toda a atenção com o atendimento dos Municípes do nosso concelho.

Relativamente ao projecto da freguesia do Ferro disse que é um projecto muito importante e durante a sua campanha eleitoral, falou muito de agricultura, sendo necessário que o Município tenha uma atenção muito especial e muito direccionada para esse sector, porque poderemos ter aqui uma marca de referência no concelho da Covilhã com 56 hectares de cereja de plantação continua e que se deve ajudar os produtores locais, porque o produtor que não teve ajuda do anterior executivo não levou as cerejeiras, nem as terras do concelho da Covilhã, para o concelho do Fundão.

Referiu que o Senhor Presidente não poderá dizer que não poderão fazer em três meses o que os outros não fizeram em vinte anos, porque no mandato de 1993 a 1997 a gestão do Município foi da responsabilidade do PS, havendo também falhas a apontar; deverá ser preocupação do executivo em “ligar a máquina” no mais curto espaço de tempo, para que essas lacunas não aconteçam e recordou, novamente, a situação gravíssima que existe na ligação Ourondo – Aldeia de S. Francisco de Assis, que provocou na semana anterior um acidente grave, a somar aos já ocorridos no local e que por isso a Câmara tem que começar a trabalhar.

O Senhor Vereador Pedro Farromba cumprimentou os presentes e afirmou que não se está aqui a resolver um problema com 20 anos, nem com 10, estamos a resolver um problema numa candidatura que foi feita, que não foi deliberado o seu apoio nas últimas reuniões de Câmara, porque não houve reuniões, porque houve boicote às reuniões de Câmara.

Estamos a falar de uma comparticipação de fundos comunitários a fundo perdido de cerca de 100.000,00 € que não havendo a devida comparticipação por parte do Município serão perdidos, e por isso tem que ser decidido agora, não pode esperar, porque o prazo está a terminar, ou se decide ou não se decide.

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

Referiu ainda que, ficou preocupado com o que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia disse, em relação à não resposta dos Órgãos Municipais, é uma situação que lhe parece grave e preocupante; que não é apenas com o Presidente de Junta de Freguesia do Ferro, é também com outros Presidentes de Junta vizinhas, que o não ou o sim é resposta e o não responder, não é resposta.

Afirmou ainda acreditar que temos oportunidade de corrigir erros que foram feitos no passado, mas a responsabilidade não foi do anterior executivo, porque a empresa em causa, a Unitom foi para a cidade do Fundão no mandado de 2005-2009, investindo no concelho da Covilhã, porque os terrenos que foram comprados já no mandato anterior e o proprietário construiu aí a sua residência e a central fruteira, nesses terrenos.

A Senhora Vereadora Paula Simões cumprimentou os presentes e referiu que relativamente ao assunto em apreço, este também lhe diz respeito, por ser da Freguesia do Ferro e ser produtora de cerejas, achando que a Câmara da Covilhã deveria ter dado, ao longo dos tempos, muito mais importância ao desenvolvimento do sector rural, que é uma mais-valia e onde temos uma infraestrutura com o maior investimento público na região, que é o Regadio da Cova da Beira, onde existe um potencial enorme da produção agrícola.

Referiu ainda que, os Centros Interpretativos não fazem investigação, que é uma área das Universidades, com poucos financiamentos e por isso estamos limitados; se não há investigação, não há novas tecnologias, que têm que ser feitas nas Universidades e nos Centros Experimentais. Um Centro Interpretativo não é um Centro de Investigação, nem um Centro Experimental, do que os agricultores necessitariam muito; vamos adquirir conhecimentos às Universidades Canadianas, a França e a Espanha onde existem os Centros Experimentais e Centros de Investigação, não tirando, contudo, o mérito dum Centro Interpretativo que funciona na valorização, na divulgação e que é uma mais-valia para a região. A questão aqui, referiu, é que a decisão deveria estar protocolada à priori com a Câmara Municipal da Covilhã, para a candidatura aos fundos comunitários, sendo o projecto participado pela Freguesia, pela Câmara Municipal e pelos fundos comunitários. O que tem ocorrido até aqui é que primeiro fazem-se os investimentos, as candidaturas, sem que exista um acordo prévio com a Câmara Municipal. Disse que a Câmara Municipal deve participar, mas num acordo prévio à candidatura, não é fazer a candidatura e depois vir pedir apoio financeiro; é importante que a Câmara apoie o meio rural, mas deve-se analisar também o procedimento.

O Senhor Vereador Nelson Silva questionou a Senhora Vereadora e para que ficasses bem percebido, que o que a Senhora Vereadora defende é que todo e qualquer projecto, que seja apresentado candidatura aos fundos comunitários e que tenha o financiamento de capitais públicos deve ter à priori o acordo negociado com a Câmara, antes de se colocar qualquer candidatura deve-se consultar a Câmara e pedir para que esta se disponibilize a apoiar essa candidatura; não discorda dessa condição mas espera que seja assumido de imediato pela Senhora Vereadora, que em tempo útil a Câmara Municipal também se disponibiliza ou não, até porque estas situações têm prazos relativamente curtos e deve existir um compromisso de haver uma resposta em tempo útil para que essas candidaturas sejam feitas e para que não se percam esses apoios comunitários.

A Senhora Vereadora Paula Simões respondeu que é a favor de um planeamento, feita atempadamente com um acordo entre as várias partes envolvidas.

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

O Senhor Presidente sublinhou que se está a falar de Juntas de Freguesia e não de investidores em geral, pelo que deverá haver uma articulação, pensa que este processo não foi feito da melhor forma, que não houve articulação entre a Junta de Freguesia e a Câmara, porque não é à pressa que se têm que resolver; era um assunto que deveria ter sido apresentado à Câmara com mais antecedência, com prioridade e não em contexto eleitoral, como foi apresentado.

Interveio de seguida o Senhor Vice-Presidente Carlos Martins dizendo que é unanime que devemos trabalhar mais na produção da cereja e que em relação à falta de diálogo com os responsáveis da Câmara Municipal, sabe bem o que isso é porque durante 20 anos também lhe foi muito difícil obter diálogo e apoio por parte do Executivo; que já falou algumas vezes com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Ferro e sendo responsável pelas Freguesias falará unicamente com os representantes das mesmas, eleitas pelo povo democraticamente e não através de intermediários; que a redução das Freguesias no concelho da Covilhã, decidida pelo Governo, foi muito significativa e apenas temos aqui presente um Presidente de Junta, das 21 actualmente existentes; existem muitos problemas noutras Freguesias, nalgumas delas mais graves e mais urgentes para resolver, existindo uma preocupação financeira do Município para as poder resolver com a maior celeridade possível; relativamente ao projecto do Centro Interpretativo da Cereja, disse que tudo o que é para melhorar a qualidade de vida das populações, criar riqueza e criar emprego, terá uma atenção especial pelo Executivo, pelos sete elementos eleitos democraticamente pelo povo.

O Senhor Vereador Matias afirmou que estão aqui para resolver os problemas dos munícipes e do concelho da Covilhã e projectar o futuro. Lembrou que enquanto foi responsável pelas Freguesias, durante 12 anos, convocou várias vezes os Presidentes de Junta e que apenas conseguiu reunir uma vez com o Senhor Carlos Martins, que era Presidente da Junta de Freguesia da Conceição, sendo por isso falso o que mencionou ao dizer que não conseguia reunir com o executivo. Apelou para que se tivesse cuidado com o que se diz, para não haver picardias e para que as reuniões sejam mais produtivas.

O Senhor Vice-Presidente Carlos Martins disse que as declarações do Senhor Vereador Joaquim Matias não correspondem à verdade.

Respondeu o Senhor Vereador Joaquim Matias que estas afirmações podem ser consultadas e confirmadas nos arquivos do Município, entre 1998 e Janeiro de 2006, não podendo invocar aqui que no passado houve alguém que não o recebeu, porque quem não queria ser recebido era o Senhor Vice-Presidente da Câmara, por fazer política partidária, não queria ajudas financeiras da Câmara e posteriormente criticar a Câmara Municipal. Apelou para que as reuniões de Câmara sejam produtivas, que não se tragam inverdades, porque a memória não é curta e não “come queijo da Serra”.

O Senhor Presidente da Câmara solicitou aos Senhores Vereadores que se contivessem, se moderassem, não reeditem as antigas relações, porque estamos noutra era, num novo ciclo, tendo que olhar para o futuro e menos para o passado.

- **Paulo Gomes**, de Covilhã, na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia de Aldeia de Souto e Vale Formoso, que neste momento se encontra num empasse muito

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

grave, tal como outras Freguesias do concelho; no dia 22 de Outubro foi feita a instalação do órgão, o Presidente da Junta de Freguesia eleito tomou posse, colocou propostas para a eleição dos vogais, mas que como não foram reformuladas, não foram aprovadas pela Assembleia de Freguesia; acontece que estamos numa democracia e o Senhor Presidente eleito ficou muito ofendido e dirigiu-se ao povo de Vale Formoso e Aldeia do Souto dizendo que “os malandros” da Assembleia não quiseram aceitar as propostas, culpando-nos por esse facto e afirmou que a partir daquele momento deixava de existir Junta de Freguesia, que deixará de funcionar, ficando as pessoas privadas de atestados médico, de provas de vidas, salários, etc, o que é muito grave.

Disse ainda que tomaram a iniciativa de falar com algumas entidades como a CCDR do Centro e com a Anafre, que lhes foi dito que era uma situação complicada, sem resolução e que o Presidente da Assembleia de Freguesia teria de pedir um parecer, mas como não têm Presidente eleito, estão num impasse, face à lacuna da Lei, não sabendo como resolver a situação. Solicitou o apoio da Câmara Municipal uma vez não saber como resolver a situação e questionou ainda a quem se devem dirigir as pessoas ou a que entidades para poderem obter o que necessitam.

O Senhor Presidente da Câmara afirmou ser uma questão que preocupa todo o Executivo e que desejam que sejam normalizadas com a maior celeridade possível, as relações entre todos os elementos eleitos, sendo que o Presidente não deve intervir; no entanto e como o diálogo se está a esgotar irá diligenciar pessoalmente, quer no caso da Freguesia do Tortosendo, quer no caso da freguesia de Aldeia do Souto e Vale Formoso, no sentido de tentar que as forças políticas em questão se entendam, salvaguardando os interesses das populações. O Senhor Presidente eleito, neste caso, pode apenas praticar actos de gestão corrente, esperando que não seja necessário recorrer a novas eleições, para benefício das populações e por isso irá intervir.

O Senhor Vereador José Pinto diz ter algumas dúvidas relativamente à gestão corrente do Presidente da Junta de Freguesia, uma vez que o Presidente eleito era Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Souto e não da União de Freguesias de Aldeia do Souto e Vale Formoso; é uma entidade nova, não um processo de continuidade e daí resulta a lacuna da Lei criada pelo Governo.

O Senhor Presidente da Câmara disse não haver certezas sobre a possibilidade ou não de exercer actos de gestão corrente, mas os cidadãos não poderão ter a sua vida bloqueada.

O Senhor Vereador Joaquim Matias diz ter falado com a Dr.^a Maria José Castanheira, da CCDRC e ter ficado com a convicção de que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia pode praticar actos de gestão corrente, mas questionou como é que um Presidente de Junta que diz que não tem os mecanismos para fazer a gestão corrente da Freguesia, como é que pode ter mecanismos para substituir fechaduras em pavilhões para não serem utilizados pelas pessoas e outros comportamentos desta natureza. Não se poderá ter um comportamento para uma coisa e, para outra coisa outro comportamento. Pensa que todos deverão ter a capacidade de ajudar a resolver o problema e ter a clarividência de que há problemas nas Freguesias para resolver e que é com a colaboração de todos que vamos resolvê-los.

O Senhor Vereador Pedro Farromba disse que os elementos da Junta de Freguesia se deslocaram a Coimbra, à CCDR para uma reunião, onde lhes foi dito que sendo uma Junta

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

de Freguesia nova, agregada, não tem capacidade de fazer a gestão corrente, mas continua a existir um empasse apesar de o Presidente eleito já ter tentado várias formas de consenso, chegando-se a um extremo de falta de diálogo e ninguém quererá ir de novo a eleições. Apelou ao bom senso de todas as forças políticas, nas Freguesias em causa.

- **Maria do Carmo Casteleiro**, residente na Quinta do Chorão ou Quinta das Rosas, na Covilhã, questionando sobre a limpeza da rua, dos terrenos abandonados por limpar, pelos animais que ali andam à solta, e da própria segurança.

O Senhor Presidente incumbiu o Senhor Eng.º Calmeiro de se deslocar ao local para a resolução das questões apresentadas.

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu também, que existem problemas de infiltrações nos terrenos desta Senhora, porque não houve uma adequada impermeabilização dos taludes dos jardins, devendo ser verificada e solucionada a situação.

- **Lília Sérvio**, residente no Bairro da Alâmpada, na Boidobra, solicitou que lhe fossem resolvidos os problemas das infiltrações e questionou o porquê de ainda não terem arranjado ou substituído as mobílias da sua cozinha, que estão partidas, um problema que persiste desde 2003.

O Senhor Presidente da Câmara solicitou ao Senhor Eng.º Vieira para que tomasse nota da morada da Senhora e se deslocasse ao local para ser resolvido o problema.

- **José Luís**, delegado da Antral, taxista da cidade da Covilhã, que relativamente à praça de táxis situada junto ao Hospital da Covilhã, disse que desde Maio de 2010, a Câmara Municipal regulou os lugares de estacionamento nas Freguesias e foi criado, na Freguesia da Boidobra, um lugar denominado “Alameda Pêro da Covilhã, junto ao Hospital” e um outro, dentro da Freguesia, designado “Rua das Escolas”; os lugares atribuídos são lugares fixos, e o colega que detém a licença da Freguesia da Boidobra, que nunca esteve na praça de táxis junto ao hospital, desde ontem que lá se mantém, dizendo que tem direito a estar lá, uma vez se localizar na Freguesia que lhe foi atribuída. Foram consultar junto da Junta de Freguesia e confirmaram que o local da praça de táxis em causa se situa na Freguesia de Santa Maria, actual União das Freguesias Covilhã e Canhoso, pelo que solicitam apoio para a situação ser esclarecida e reposta, para não haver mais confusões.

O Senhor Presidente da Câmara disse ter tomado nota da situação, que irá analisá-la e que com a maior brevidade lhes dará uma resposta.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou ao Senhor Presidente da Câmara para que fosse dada uma atenção especial aos taxistas, principalmente naquela zona junto ao hospital e que fossem criadas condições de alguma comodidade, para o desempenho das suas funções.

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

O Senhor Presidente referiu que esta questão irá ser tratada também com o Conselho de Administração da Cova da Beira, no sentido de se tornar possível a criação de um lugar de estacionamento, dentro do recinto do Hospital, com maior comodidade e condições para os utentes.

O Senhor Vice-Presidente Carlos Martins informou que está agendada uma reunião com a Antral, para o próximo dia 22, pelas 15:00 horas.

O Senhor Vereador José Pinto esclareceu que não é a Alameda Pêro da Covilhã que faz a divisão da freguesia da Boidobra com a de Santa Maria, que desde as bombas de gasolina e toda a zona do hospital, fazem parte da Freguesia da Boidobra, sendo também a praça dos táxis pertencente à Freguesia da Boidobra; espera que tudo se resolva a contento de todos.

- **Paulo Plácido**, taxista da Covilhã, disse que poderão estar a ser induzidos em erro, mas que na altura em que ele foi o representante da Antral e quando foram implantados os taxímetros nos táxis, colocaram-se problemas nas divisões da cidade, questionando-se onde terminava e começava a tarifa, e na zona do hospital existe uma placa identificativa de início e fim da cidade da Covilhã e não Boidobra.

O Senhor Vereador José Pinto disse que o anterior executivo por várias vezes mandou retirar a placa identificativa da Freguesia da Boidobra, no referido local, por mero abuso de poder e acrescentou que no Eixo TCT a situação é semelhante. A placa de início da cidade também já se encontra na Freguesia da Boidobra, conforme a placa de início da Freguesia junto ao Restaurante Cá-Te-Espero.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara tomou da palavra para apresentar algumas informações ao Executivo e aos munícipes:

“ Fomos confrontados com o assunto das refeições nas escolas, um problema que se arrastava desde meados de Setembro, foi um problema que herdámos, enfrentámo-lo, tomámos as medidas que julgámos adequadas, envolvemos nessa solução os Senhores Vereadores da oposição, no sentido de que eles, também participassem de forma activa na solução do problema; ouvimos as Associações de Pais, os representantes dos Agrupamentos de Escolas e as queixas reportavam-se às quantidades, à qualidade, ao horário em que eram fornecidas as refeições e à temperatura dessas mesmas refeições, para além de outros problemas, designadamente os relacionados com os próprios talheres e com utensílios de transporte da própria comida, situações que criaram um grande mau estar, em prejuízo das próprias crianças do concelho, servidas por esta empresa. Fomos monitorizando a situação, a Senhor Vereadora teve a oportunidade de reunir com os responsáveis, foi feita uma visita surpresa, com os Senhores Vereadores da oposição, a uma escola para ver como é que estavam a ser servidas as refeições e, faz hoje uma semana, recebi nos Paços do Concelho, os representantes das Associações de Pais e das Escolas, que mais uma vez e de forma detalhada expuseram as suas preocupações, da qual resultou uma Acta que foi assinada por todos os intervenientes da reunião, acertando-se uma solução, que parece estar a resultar, “...que a quantidade da comida nunca poderá ficar aquém do necessário, devendo sempre considerar-se um acréscimo de 10%, relativamente ao número de refeições contabilizadas; os aspectos da segurança alimentar, no acondicionamento, de modo a que assegurem a temperatura correcta dos alimentos; recomendar a manutenção de uma Senhora funcionária, neste caso a Senhora Dulce Machado, na supervisão da confecção”, que era do agrado das Associações de Pais que a Senhora supervisionasse a confecção da comida; “...dar especial importância ao cozinheiro responsável de modo a assegurar a qualidade das refeições; recomendar a substituição dos pratos de sopa por malgas; estabelecer um prazo máximo, até dia 15/11 sem reclamações”, e não havendo reclamações considerar-se-ia o problema ultrapassado, embora a situação possa e deva ser acompanhada e monitorizada; convoquei também, o Senhor Director Geral da Eurest, que é a multinacional que tem a concessão das refeições, Dr. Henrique Leite, que reconheceu que, de facto, se em todo o país estavam a fornecer 150 mil refeições, só na Covilhã é que as coisas corriam mal, a culpa não poderia ser nossa, nem do bom ou mau gosto e assumiu que a responsabilidade é unicamente da empresa e que iriam tomar todas as providências, no sentido de ultrapassar o problema. Os últimos relatórios dizem-nos que as refeições estão a ser servidas com normalidade, com quantidade, com qualidade e com a temperatura e às horas adequadas, nos recipientes adequados, e embora não esteja ultrapassado o problema, desejamos que esta normalidade se mantenha.”

“O Presidente da Câmara Municipal da Covilhã vai apresentar uma candidatura à presidência da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, na defesa dos interesses do concelho da Covilhã, não estando em causa o protagonismo pessoal, mas na defesa do concelho e da região, numa perspectiva institucional e não por protagonismo pessoal, que apresento essa candidatura.”

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

“ Já se procedeu à eleição do Presidente da Comissão de Protecção e Crianças e Jovens em Risco, o Senhor Professor João Maximino, uma pessoa com experiência na área, com créditos firmados, que mereceu a aprovação quase unanime da votação, 18 votos a favor, um branco e um contra; congratularmo-nos por ser uma Comissão que detém um papel muito importante na protecção dos nossos jovens e das nossas crianças, que tem que ser bem coordenada, bem articulada, deve estar atenta aos problemas que vão surgindo no nosso concelho.”

“Visitámos o Teatro Municipal da Covilhã e o cenário é dantesco, há mais de quatro anos que não há qualquer intervenção; é o único equipamento municipal com o mínimo de condições para acolher eventos de natureza cultural e de outra índole; chove em muitos sítios, há infiltrações por tudo quanto são paredes, as alcatifas, nas zonas de passagem estão rotas, desgastadas, há buracos onde qualquer munícipe pode tropeçar e cair; vamos proceder à substituição dessas alcatifas, nas zonas de passagem; os camarins, onde os artistas se preparam estão totalmente imprestáveis; existe lá um contentor que levará mais de 100 litros de água, completamente repleto e a transbordar de água, para perceberem o quanto chove ali dentro; o mesmo acontece com os sanitários, que estão inutilizados, o aspecto junto ao palco é algo degradante, numa sala com aquela nobreza, com aquele impacto, é visível o bolor, a tinta a descascar; há um projecto para a recuperação deste espaço e vamos, tanto quanto possível, torná-lo confortável, porque não temos outro sítio, como nos outros concelhos à volta, onde possamos apresentar condignamente peças de teatro, uma reunião importante, onde as Associações poderiam utilizar com frequência as instalações, para os seus eventos, mas como não está em condições, vamos fazer uma intervenção, efectuar obras na cobertura e vamos reajustar o projecto, para preservar a sala principal, com tradições, com excelentes condições acústicas, bonita e criar salas mais pequenas, para acolher eventos mais pequenos.”

“ Uma outra situação nos preocupa, sendo um dos principais cartões-de-visita da cidade, uma porta de entrada na Covilhã, que é a Central de Camionagem, é uma vergonha que nós temos ali, é com um cenário degradante que as pessoas se deparam, ao chegar à cidade, via autocarro, esta é a “Covilhã 5 Estrelas”, é uma estrela negra da Covilhã. É uma preocupação que temos que tornar aprazível, tornar mais atraente, mais agradável, e quem nos visita não se depre com este triste cenário.”

“Relativamente ao Espaço das Idades, é um conceito que defendemos e que queremos acarinharmos, continuar, aprofundar e disseminar pelo concelho, era nosso desejo que ele pudesse ser levado a todas as Freguesias, mas isso é impraticável, tentaremos levá-las a pelo menos duas Freguesias, uma mais a norte, outra mais a sul do concelho, no sentido de os idosos poderem usufruir e beneficiar do Espaço das Idades; relativamente ao que estava a funcionar na cidade, vamos querer instalá-lo no centro da cidade, salvo se não conseguirmos encontrar um espaço adaptável para o seu funcionamento. Vamos hoje deliberar a renúncia do contrato de arrendamento, celebrado entre a Câmara Municipal e a Rude, que já está num valor de 7.700,00 €, valor que achamos exorbitante relativamente aquele espaço, sendo que a Rude está a utilizar gratuitamente um espaço que é do Município, pro um período de 20 anos, o que é incompreensível. A Câmara Municipal pagava à Anil, pelo espaço onde se encontrava a ADC, um auditório, um refeitório, etc, 7.500,00 € o que mostra a gestão criteriosa, os pesos e as medidas, o rigor da gestão dos dinheiros públicos, feito até aqui.”

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

“Em três semanas de trabalho e a cada pé de passada, somos surpreendidos com coisas preocupantes, gravíssimas, que a seu tempo serão pormenorizadamente divulgadas aos munícipes, mas não resisto a dar-vos nota de como a má gestão funcionava: o vigilante do Parkurbis, que não é funcionário do Município, deslocava-se todas as noites ao parque de viaturas da Câmara Municipal, deixava lá o seu veículo, agarrava numa viatura oficial e ia para o Parkurbis e depois de terminar o seu turno, voltava ao parque da Câmara e levava a sua viatura; como é possível? Utilizar um veículo da Câmara para este efeito? Sem comentários. Isto não é nenhum ajuste de contas, é uma questão de transparência, de divulgação de informação relevante aos munícipes.”

“ Informar que requeri ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a marcação de uma reunião extraordinária para o próximo dia 28 de Novembro, às 18:00 horas, por haver assuntos urgentes que têm que ser tratados antes do final do mês.”

“No âmbito de contactos encetados com um conhecido grupo empresarial estrangeiro, existe a forte probabilidade de uma das empresas desse grupo se vir a instalar na Covilhã. A fixação dessa empresa poderá vir a proporcionar a criação de um significativo número de postos de trabalho no concelho da Covilhã, não adiantando mais pormenores, pois existem outros Municípios vizinhos, que poderão concorrer na atracção deste investimento e daí a confidencialidade e a não identificação desse grupo.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba interveio dizendo que relativamente ao vigilante do Parkurbis e, antes de ter dito o que disse, deveria ter-se informado, porque esta situação ocorria em virtude do vigilante, ser vigilante de toda a zona industrial e não só do Parkurbis, deslocando-se num carro da Câmara para durante a noite e várias vezes, fazer as respectivas rondas e caso alguma coisa ocorresse, contactar as autoridades, daí a utilização da viatura municipal.

Referiu ainda que, teve conhecimento que o Senhor Presidente mandou fazer um levantamento de toda a despesa efectuada pelos membros da anterior Câmara relacionada com viagens, hotéis, dormidas e restaurantes; também tomou conhecimento que, para este efeito, estão mobilizados há vários dias, no Departamento de Administração e Finanças, vários funcionários incumbidos de proceder a esta tarefa, da qual já circulam cópias dos referidos documentos; olha para estas acções e conclui facilmente que pouco haverá para fazer para se deslocarem funcionários para estas tarefas, questionando se esta é a auditoria que tanto se falava. Afirmou ainda estar esclarecido, que pelo facto de andarem ocupados com estas tarefas, faz com que não respondam aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e a outras entidades. Apelou ao Senhor Presidente, em nome dos covilhanenses que não votaram nele, que se dedique ao concelho, deixe os ódios pessoais, partidários e os ajustes de contas.

Questionou o Senhor Presidente sobre:

- a retirada do logotipo “Covilhã 5 Estrelas”, o porquê de deixar de ser usado, sendo uma marca já enraizada na cidade e nas pessoas, uma marca que custou a construir e que as pessoas já acolhiam como sua. Descontinuar uma marca com esta notoriedade, não será bom para a cidade e para o concelho;
- até ao final de Dezembro, o Ministério da Educação pediu para que as três instituições de ensino superior da região, Guarda, Castelo Branco e Covilhã, apresentassem uma proposta de organização do ensino superior, na Beira Interior; questionou o que a Câmara está a fazer relativamente a este assunto, sabendo que a Guarda e Castelo Branco já estão a fazer algumas movimentações nesse sentido;

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

- se é verdade que a Senhora Vereadora ameaçou demitir-se, face à não mudança de uma funcionária de serviço;
- circula na internet alguma informação e questiona se é verdade que a Câmara procurou encontrar formas de alterar o contrato com a Portugal Telecom, em relação ao Data Center, se a informação que circula é ou não verdade;
- a Covilhã, num estudo que saiu no Jornal de Negócios, é o Município com o menor número de funcionários públicos, por cada 1000 habitantes e teme que estes números, numa próxima análise já não sejam estes, face às inúmeras contratações que têm existido;
- a empresa Covienge ganhou o 1.º prémio de melhor projecto de engenharia, pelo Data Center, deixando um voto de felicitações por esse feito alcançado;
- recebeu um e-mail da Federação Internacional do Automóvel que diz que a prova internacional vai-se manter na Rampa da Falperra, mas que foi atribuída à Covilhã uma organização da Corrida Internacional de Corridas de Montanha, se a Câmara assim o entender, que é uma prova nova, do Campeonato Europeu de Montanha que poderá vir para a Covilhã, a par de uma outra que tem a ver com o Campeonato de Portugal de Velocidade, com os carros GT, na data fixada de 31 de Maio e 1 de Junho de 2014, que entregou ao Senhor Presidente, para os devidos efeitos;

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Senhor Vereador Pedro Farromba anda a ver fantasmas de auditorias esquisitas, onde as não há. Afirmou que estão a realizar uma auditoria, que está a ser tratada em várias frentes, cumprindo uma promessa que fez aos covilhanenses, prometeu uma auditoria financeira e vão fazê-la e tudo será escalpelizado e objecto rigoroso dessa auditoria. Afirmou também, tal como já tinha dito antes, que iria auditar os contratos mais importantes do Município, pois pretende saber com rigor qual é o alcance legal e as implicações financeiras de todos os contratos celebrados, não colocando em causa as empresas com quem contratamos serviços, bem como irão auditar a contratação pública, porque foram feitas contratações esquisitas que devem ser alvo de análise e do conhecimento dos covilhanenses. “Quem não deve, não teme!”

Relativamente à marca “5 Estrelas”, acha que neste momento é uma expressão banal, que não dignifica a magnitude e a importância do concelho da Covilhã, parecendo até uma cópia da cidade da Guarda, que é os “5 F”, mas que será feito um concurso de ideias, nas escolas, desde o primeiro ciclo, à Universidade, para encontrar uma boa marca, uma forte marca, uma marca impressiva do concelho da Covilhã, mais representativa e mais barata.

Em relação à diminuição dos funcionários públicos no Município, diz congratular esse facto e entende que a Câmara da Covilhã poderia ter menos funcionários e lembrou que já depois do acto eleitoral, o executivo anterior fez um outsourcing a aumentar, significativamente, o número de funcionários; congratulou a empresa Covienge pelo prémio ganho, que é sempre um regozijo para a Covilhã; em relação à Rampa disse que agradece o contributo e que irá analisar a situação; sobre a reorganização do ensino universitário afirmou estar preocupado e a acompanhar, em diálogo com a Universidade da Beira Interior.

O Senhor Vereador José Pinto apresentou ao Executivo um relatório sobre a habitação social, trabalho esse realizado em conjunto com outros colegas da CDU, no sentido de perceberem o que se passa em concreto com a habitação social no nosso concelho, no qual apresentam directivas para uma intervenção urgente, documento apenso à acta.

O Senhor Presidente agradeceu o contributo pelo excelente trabalho que produziu, fazendo uma radiografia do lamentável estado em que se encontra o nosso parque habitacional

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

social, sendo profundamente lamentável que ele se encontre no estado em que se encontra. Esta situação tem muitas explicações: uma vez que as rendas foram alienadas por 25 anos, se o seu valor fosse aplicado na sua recuperação/manutenção, decerto não estariam neste estado, os dinheiros eram usados para fins diferentes do que aqueles a que se destinavam, afectando as pessoas que são mais vulneráveis, mais indefesas e que devem merecer da nossa parte uma atenção especial.

Disse que já se iniciaram contactos com a Universidade da Beira Interior, estando-se a trabalhar num protocolo com vista a elaboração de um projecto de recuperação e intervenção neste parque habitacional, utilizando as verbas possíveis e de forma faseada, para fazer face a este flagelo da habitação social. Lamentou que o dinheiro empregue na “ponte mais inútil da Europa” não fosse investido nestas situações urgentes.

O Senhor Vereador Nelson Silva apresentou algumas notas sobre as questões apresentadas:

- em relação às refeições escolares, diz estar satisfeito por ter havido uma evolução positiva e solicitou uma cópia da acta da reunião que houve com a Associação de Pais, para poderem constatar as conclusões da mesma;
- disse ter ficado satisfeito com a apresentação da candidatura, do Senhor Presidente à Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e reiterou a disponibilização para apoiar, para que a Covilhã continue a ter uma posição de liderança e de alavancagem do crescimento na nossa região;
- felicitou o Senhor Professor Maximino pela sua eleição de representante da CPCJ;
- relativamente ao espaço cedido à Rude, disse que se até agora não pagou renda, tem que começar a pagar, sendo uma questão de negociar e de se fazer o que tem que ser feito;
- sobre a auditoria diz achar que é um assunto que não pode ser tratado em “pinga-pinga”, fazendo-se o levantamento e apresentando-se as conclusões, devendo haver algum bom senso; se houver responsabilidades a ser assacadas, que vão além da responsabilidade política, apresentem-nas e depois se agirá da forma mais correcta e conveniente;
- felicitou a negociação com a nova empresa de capitais estrangeiros, que pretende instalar-se na Covilhã, que é importante para a nossa cidade;
- apresentou um voto de felicitações e de desejo de sucesso à firma Carlos Barata, na criação de um novo Cash and Carry, investindo cerca de um milhão de euros, que a cidade precisa e que sejam dinamizados;
- referiu a situação da ADE, para que fosse colocada em Agenda, que é uma associação com 37 anos, 400 atletas, 20 colaboradores, uma escola de vida, de formação de cidadãos, que tem actualmente um problema gravíssimo a nível financeiro, que resulta duma grande despesa feita ao nível do investimento do complexo desportivo, no valor 1.750.000,00 € solicitando que a Câmara recolocasse o assunto em análise e decisão do órgão;
- sobre a questão da reorganização da rede de saúde da Beira Interior, questionou o Senhor Presidente sobre a reunião com o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, saber o que foi tratado e saber se foi referida alguma coisa sobre a negociação com a Santa Casa da Misericórdia do Fundão, para que seja feita a entrega da gestão do Hospital do Fundão a essa mesma instituição. Disse ainda que não é positivo para a Covilhã, perder a gestão do Hospital do Fundão, uma vez que foram feitos investimentos públicos pesados na Universidade, na Faculdade de Medicina, na Ubimedical, com cerca de 1.000 postos de trabalho que giram à volta deste investimento, não podendo por isso ser descurado.
- Deu nota de um correio electrónico remetido pela Direcção Pedagógica da Escola Internacional que dá nota de um conjunto de problemas que gostariam que fossem resolvidos: lajetas partidas e levantadas numa zona de circulação de crianças; a pintura do

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

lugar de estacionamento para deficientes, que já não é visível, bem como da passadeira; colocação de rampas de acesso no lugar de estacionamento de deficientes, que permita esse mesmo acesso.

- Solicitou que lhe fosse indicado o dia e a hora para visitar os vários Departamentos do Município, como solicitado anteriormente.

- Em relação à habitação social, felicitou a exposição do Senhor Vereador José Pinto, que é um tema que o preocupa e o programa do “Acreditar Covilhã”, apresenta de forma clara, que é necessário melhorar as condições habitacionais e de conforto das habitações, com vistorias e reparações com periodicidade anual, apostando na conservação e na gestão do património existente. Acha que a exposição peca por ser tardia, que poderia ter sido há mais tempo; tomou notas destas situações durante a campanha eleitoral e nunca viu ser apresentada na Assembleia Municipal qualquer exposição deste assunto e com esta exactidão.

- sobre a alienação das rendas, todos conhecem a sua posição, mas foi essa a decisão tomada pelo anterior executivo e ninguém gosta de assistir ao cenário apresentado; devemos construir o futuro e o contributo dado foi muito relevante, apresentando ideias importantes para a resolução da situação e o que puderem contribuir, estarão disponíveis para que as propostas que forem apresentadas para resolver o problema tenham a sua concordância.

O Senhor Vereador José Pinto afirmou que sempre teve preocupação com a habitação social e como Presidente de Junta de Freguesia fez esse alerta, bem como Presidente da Beira Serra, criaram projectos específicos para acompanhar a situação dos bairros sociais.

O Senhor Presidente sublinhou a forma construtiva da intervenção do Senhor Vereador Nelson Silva, que não foi uma intervenção casuística de oposição por oposição, que devemos trabalhar de forma construtiva. Disse que relativamente à Casa dos Magistrados, existe a ideia de ali ser instalado o Tribunal de Trabalho da Covilhã, para que ficasse próximo do Tribunal Judicial para que se pudessem articular os processos de melhor forma; por outro lado também queremos que a Rude continue a funcionar no nosso concelho e por isso não há pressa em mudar de local as suas instalações; em relação à auditoria que refere estar a ser feita em “pinga-pinga”, disse que isto não é uma auditora, são factos objectivos que se vão constatando e que não poderão deixar de transmiti-los aos munícipes, e aos Vereadores em primeiro lugar, quer seja positivo ou negativo.

Congratulou o empreendimento feito pela família Barata, que irá criar mais postos de trabalho, é um grande empreendimento e é também mérito do anterior executivo, que ajudou a impulsionar este projecto.

Relativamente à ADE diz comungar das preocupações do Vereador, que o problema é também comum, como o do Sporting da Covilhã que tem um elevado passivo, que é um embaixador da Covilhã, com muitos jovens a desenvolverem as suas potencialidades desportivas e como cidadãos, sendo necessário sentarem-se à mesma mesa para encontrarem uma solução que não prejudique o Município e simultaneamente ajudar a ultrapassar esta dificuldade. Estão solidários e ajudarão, com algum cuidado devido ao elevado passivo.

Sobre o reforço da rede de saúde disse ter a mesma postura, de que tem que ser reforçada e lamentou a inexistência de um Centro Hospitalar da Beira Interior. Informou que a reunião foi reagendada para o dia 27 de Novembro, sendo que a nossa posição será a de colaboração total, na condução do processo. Relembrou também que, no anterior executivo

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

existiram muitos entraves à criação do Ubi Medical, mas que com muito empenho se conseguiu a sua colocação na Covilhã.

Sobre a Escola Internacional disse tomar boa nota dos problemas que com ela se relacionam.

O Senhor Vereador Joaquim Matias felicitou, publicamente, os estudantes de psicologia da Universidade da Beira Interior, pelo exercício que fizeram em relação à mobilidade e à dificuldade de mobilidade que a cidade tem, pelo excelente trabalho, solicitando-lhes que fizessem chegar à Câmara esse trabalho, no sentido de colmatarmos essas dificuldades de mobilidade existentes na cidade.

Alertou para que fossem avivadas as datas de construção de alguns chafarizes que existem, um património que temos e que não está bem cuidado e referiu, como exemplo, o chafariz existente em frente à Casa do Conde do Refúgio.

Relativamente aos transportes urbanos, disse que na Rua Celestino David, existem duas paragens de autocarro, uma com abrigo e outra sem abrigo. A que tem abrigo é utilizada por meia dúzia de pessoas, a que não tem abrigo é utilizada por 120 famílias, alertando para a necessidade de se resolver este problema; na Rua da Saudade, urge montar ali um ecoponto, a meio da rua, sendo uma zona de muitos estudantes e verificando-se que o que lá existe está sempre sobrelotado;

Disse também ser importante defender a UBI, pois Castelo Branco e a Guarda não estão parados e por isso, tudo temos que fazer e unir esforços, no sentido de a Universidade continuar a ser a grande instituição que é, sediada nesta cidade e não perder valências, cursos, porque podemos correr riscos com o ensino superior.

Manifestou ter muitas preocupações com a habitação social e louvou o trabalho do Senhor Vereador José Pinto, mas apenas falou de dois bairros específicos, o do Teixoso e o da Boidobra; existem condições altamente degradantes no Bairro do Património e não permitiria ali a existência de animais, naquelas casas, sugerindo que fosse criada uma comissão municipal, onde pudessem estar presentes a UBI, ao nível da engenharia, da arquitectura, da sociologia e técnicos da Câmara Municipal para puderem fazer uma deslocação a esses bairros, que fizessem este acompanhamento e que ensinassem algumas dessas pessoas, a viver em casas, porque esse trabalho também não foi feito pormenorizadamente, é uma amostragem importante e exígua dos problemas existentes nos bairros sociais. Não se deve menosprezar o trabalho árduo ao longo dos anos e um esforço financeiro do Município, na construção dos bairros sociais, porque se eles não fossem construídos haveria, ainda, muitas pessoas a viver em bairros de lata, isso quase se eliminou no concelho da Covilhã. Foi feito um excelente trabalho, mas depois não houve capacidade de investimento para a conservação e manutenção e isto tem que existir.

Sobre a candidatura do Senhor Presidente à CIM, disse que já lhe tinha comunicado, que todos nós deveríamos fazer um esforço para que a presidência continue a pertencer à Covilhã, que já devíamos andar a trabalhar no terreno, porque já existem outras candidaturas, no terreno, a trabalhar.

Quanto ao Espaço das Idades espera que este projecto seja um projecto de futuro, sendo o ideal levá-lo a todas as Freguesias do concelho, apesar das Freguesias rurais se dedicarem mais à agricultura e à subsistência. Solicitou ao Senhor Presidente para que fosse realizada uma reunião, para analisar o que foi o Espaço das Idades e as responsabilidades que foram assumidas, por quem tinha, através de protocolo e deliberação de Câmara, a gestão do espaço, designadamente a Junta de freguesia de Santa Maria. A actual Freguesia já manifestou que não está disponível para continuar com este projecto, mas a deliberação de Câmara que atribuiu à Junta de Freguesia de Santa Maria esta responsabilidade criou

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

espectativas e não só, criou direitos. Houve uma revogação da deliberação em Julho, que deve ser reanalisada, porque há compromissos financeiros que foram assumidos, há gastos e a Câmara tem que resolver esse problema, sob pena de a Câmara não poder ser considerada uma instituição de bem.

Finalmente, em relação às refeições das escolas, diz não estar descansado com a situação, tendo procurado, todos os dias, saber o ponto da situação, do que é a evolução dos melhoramentos dos serviços prestados por esta empresa. Disse ainda que, como foi recolocada uma nova responsável, a situação está a melhorar significativamente, pelo que não foi em vão a nossa chamada de atenção. Lamentou a situação, mas a Eureste não pode vir dizer que confirma as queixas e desmente a falta de qualidade, pois isto é um atestado de burrice que nos estão a passar, porque havia falta de qualidade e não pode ser ignorada a realidade. Regista com agrado que a situação tenha melhorado, esperando que não tenhamos problemas nas escolas, como aconteceu no início do ano lectivo.

O Senhor Vereador José Pinto interveio para dizer que não criticou a construção de habitação social, criticou a construção desta habitação social, foi muito crítico em relação à forma como foi feita, pois queriam construir no Bairro da Alâmpada 500 fogos e retratou, como exemplo, a forma como foi feita a intervenção, pela Beira Serra, no Bairro S. Vicente de Paulo, onde se recuperaram 60 fogos, com muito menos dinheiro. A recuperação dos núcleos históricos das povoações era essencial e se isso fosse feito a zona histórica não estaria como está; foram deslocadas as pessoas dos locais onde tinham os seus amigos e postos de trabalho, juntaram-nos nestes locais, sem qualquer acompanhamento, sem que lhes dissessem como viver em comunidade.

O Senhor Presidente agradeceu os contributos positivos do Senhor Vereador Joaquim Matias e afirmou ser uma preocupação da Câmara, o plano de mobilidade existente. O centro histórico tem graves deficiências a esse nível, os cidadãos com mobilidade reduzida têm grandes dificuldades em se movimentarem na zona histórica e mesmo até em zonas recentemente construídas, por exemplo, o Jardim da Goldra, que condiciona o lazer que se pode aí usufruir.

Relativamente à habitação social disse ser também um aspecto positivo do passado, que foi investido dinheiro nesse sentido, os cidadãos vivem em melhores condições do que viviam, mas depois existe o problema da ausência de investimento na manutenção e conservação do património. Sobre a componente pedagógica, disse que um grupo multidisciplinar poderia ajudar as pessoas a utilizar melhor, e de forma mais correcta, estes equipamentos.

Sobre o Espaço das Idades disse que compreender a questão dos compromissos financeiros que devem ser resolvidas, mas também foi assumido um compromisso pesado com os funcionários, que vem dificultar a tarefa, não deixando de ser uma preocupação que este projecto perdure e se difunda por todo o concelho, tanto quanto possível.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

Não houve alterações na agenda.

2. APROVAÇÃO DE ACTAS

a) Actas do anterior mandato, para remessa à Assembleia Municipal

Foram presentes as actas n.º 22, n.º 23, n.º 24 e n.º 25, do mandato anterior, para aprovação.

O Senhor Presidente esclareceu que estas actas dizem respeito ao anterior mandato, que têm que ser votadas, apesar de a maioria dos eleitos presentes não estarem nessas mesmas reuniões.

O Senhor Vereador Nelson Silva referiu que o seu sentido de voto é o de abstenção por não fazer parte do executivo anterior.

A Câmara, com o voto a favor do Senhor Vereador Pedro Farromba e com as abstenções do Senhor Presidente Vitor Pereira, do Senhor Vice-Presidente Carlos Martins e dos Senhores Vereadores Joaquim Matias, Nelson Silva, Maria Paula Simões e José Pinto, deliberou aprovar as actas n.º 22, n.º 23, n.º 24 e n.º 25.

Mais deliberou remete-las à Assembleia Municipal da Covilhã, nos termos do disposto na alínea x) o n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

b) Acta n.º 1-A/2013, de 25/10/2013 – 1.ª Reunião do actual mandato

Presente acta n.º 1-A/2013 de 25/10/2013.

O Senhor Vereador Nelson Silva referiu que as actas são um documento muito importante para o controlo e para o escrutínio da actividade do exercício dos titulares do órgão. Elas fazem prova do que foi dito e por isso a exatidão e precisão das declarações proferidas, depois lavradas em acta, devem ter uma atenção muito especial. Pensa que a forma como elas são feitas deveria ser alterada, deveriam ser feitas de uma maneira mais precisa, mais cuidadosa, com menos frases corridas, porque numa leitura que possa ser descontextualizada pode dar uma interpretação diferente daquelas que eram as originais; solicitou que estes tipos de documentos fossem feitos de outra forma, com os respectivos documentos apensos para que se possam verificar os documentos todos, nomeadamente as declarações de voto que foram entregues e que não foram distribuídas por todos; deverá ser feito um enquadramento em relação aos assuntos e deliberações tomadas, porque estamos a falar de documentos com valor jurídico, mas também com valor político; solicitou também, que fosse corrigida adicionando a intervenção do Senhor Vereador Pedro Farromba, em

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

relação à Harcane, que fossem feitos os enquadramentos devidos nos assuntos deliberados, anexando também os respectivos documentos.

O Senhor Presidente recordou a dificuldade que os serviços podem ter em apreender todos os assuntos e intervenções, não conseguindo reter tudo quanto é dito numa reunião; no entanto, a Lei 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 57.º, diz que "...é lavrada a acta, a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado,..."; concorda que deverá ter um enquadramento, mas que assim já não poderá ser resumido, que se irá tentar melhorar a situação.

Disse ainda que deverá constar em acta a declaração do Senhor Vereador Pedro Farromba, que chamou à atenção para o facto de que estaria pendente um assunto relacionado com a empresa Harcane, que tinha a ver com a criação de postos de trabalho e que foi agendada e votada na reunião subsequente.

O Senhor Vereador Matias referiu que, relativamente ao assunto da contratação do Senhor Dr. Carlos Madaleno, ter ficado com a convicção de que o assunto tinha sido aprovado e que no ponto 5 da Ordem de Trabalhos não estava mencionada a sua proposta.

O Senhor Presidente afirmou que tinha referido, logo no início, que esse ponto seria retirado da ordem de trabalhos, e qualquer consideração feita a esse propósito não deve constar da acta.

O Senhor Presidente retirou a acta n.º 1-A/2013, para se procederem às alterações solicitadas.

A Câmara deliberou retirar a Acta n.º 1-A/2013 de 25/10/2013, para posterior agendamento, tendo em conta as sugestões apresentadas de alteração à acta.

c) Acta n.º 2-A/2013 de 01/11/2013 – Ordinária

Presente acta n.º 2-A/2013 de 01/11/2013.

O Senhor Vereador Matias apresentou várias considerações à Acta n.º 2-A/2013, relativas às suas intervenções, designadamente no voto de louvor à Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense, no ponto 5.1, alíneas a), d) e h) e no ponto 5.2, alíneas b) e c), que solicita a sua correcção.

O Senhor Presidente solicitou que fizesse chegar aos serviços as correcções que solicitou, apelando ao poder de síntese das mesmas.

O Senhor Vice-Presidente referiu que não tem quaisquer observações a fazer às actas.

O Senhor Vereador José Pinto sugeriu também alterações no ponto 5.1, alínea c) e disse que a proposta que enviou ao Senhor Presidente sobre o ponto 5.1, alínea a), também não estão incluídas na acta.

O Senhor Vereador Nelson Silva sugeriu que em termos de metodologia de trabalho para o futuro e por uma questão de funcionamento, que os serviços após terem a acta redigida, a fizessem circular por todos e cada um dos Senhores Vereadores colocasse as suas

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

sugestões; posteriormente os serviços apresentarão a versão final ao Senhor Presidente para a devida validação.

O Senhor Presidente concordou com o proposto, e retirou a acta n.º 2-A/2013, para se procederem às correcções solicitadas.

A Câmara deliberou retirar a Acta n.º 2-A/2013 de 01/11/2013, para posterior agendamento, tendo em conta as sugestões apresentadas de alteração à acta.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 951.007,38 €(novecentos e cinquenta e um mil, sete euros e trinta e oito cêntimos).

. Documentos: 3.009,20 €(três mil e nove euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 109.779,40 €(cento e nove mil, setecentos e setenta e nove euros e quarenta cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 841.227,98 €(oitocentos e quarenta e um mil, duzentos e vinte e sete euros e noventa e oito cêntimos).

5.1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Proposta Genérica de Despesas Obrigatórias e Permanentes

Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 05 de Novembro de 2013, com o seguinte teor, documento apenso à acta:

“ - Autorização Genérica de Despesas Obrigatórias e Permanentes –

Considerando a existência de despesas diversas de carácter obrigatório e permanente, torna-se necessário conceder uma autorização genérica que permita proceder aos respetivos pagamentos sem recurso a despachos específicos e pontuais autorizados dessas despesas.

Assim sendo, propõe-se que sejam autorizadas, no presente mandato autárquico, as seguintes despesas ou transferências:

- a) Diversas entidades por operações não orçamentais (Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, Direcção Geral do Tesouro, Conservatória dos Registos Centrais, etc.);
- b) Retenção aos montantes da participação dos Municípios nos impostos do Estado (Fundos Municipais);
- c) Contribuições, impostos e emolumentos devidos pelo Município;
- d) Vencimentos, salários e quaisquer outros proventos, incluindo abonos e subsídios previstos na lei, devidos aos trabalhadores do Município;
- e) Subsídios de férias, Natal, casamento, funeral, horas extraordinárias, ajudas de custo e abono de transporte;
- f) Encargos com assistência na doença aos trabalhadores do Município;
- g) Pensões de aposentação que constituam encargos do Município;
- h) Vencimentos, salários e quaisquer outros proventos, incluindo abonos e subsídios previstos na lei, devidos aos eleitos em regime de permanência, bem como senhas de presença a pagar aos demais Eleitos, quer na Câmara, quer da Assembleia Municipal;
- i) Despesas de fundos de maneiio;
- j) Restituições de verbas;
- k) Coimas;
- l) Juros de mora;
- m) Custas judiciais,
- n) Consumo de água;
- o) Consumo de energia eléctrica;
- p) Fornecimento de serviço de telecomunicações;
- q) Fornecimento de serviço de correspondência postal;
- r) Encargos com empréstimos;
- s) Serviços bancários diversos;
- t) Encargos com actos notariais em que a Câmara é responsável pela despesa;
- u) Assinaturas do Diário da República e outros encargos com assinaturas de verbetes e revistas de legislação;
- v) Despesas com anúncios, avisos e editais a publicar no Diário da República e jornais;
- w) Aquisição de jornais;

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

- x) Prémios de transferência de vales de correio e de cheques para pagamento de participações e outros preparos depositados na Tesouraria Municipal;
- y) Avença dos CTT para expedição de correspondência;
- z) Pagamento de despesas provenientes da CCDRC e Câmaras Municipais intervenientes em investimentos intermunicipais;
- aa) Pagamentos que tenham de ser efetuados em moeda estrangeira, uma vez que as respetivas transferências terão de obedecer ao câmbio do dia;
- bb) Prémios de seguros;
- cc) Pagamento aos concessionários de transportes escolares;
- dd) Pagamento de combustíveis.”

O Senhor Vereador Nelson Silva disse não compreender esta proposta, que não é muito diferente da apresentada anteriormente, que deve estar enquadrada no contexto político que temos actualmente, numa maioria relativa, onde a Lei determina que a decisão é colegial, que está no órgão e tendo em atenção o contexto político, financeiro, a transparência e partilha da gestão, e que por isso consideraram que o voto é desfavorável; ao colocarem novamente o documento, nos mesmos termos, só poderá querer demonstrar que existe da parte dos Vereadores da oposição, uma obstrução em relação à actuação da Câmara Municipal. Existem neste documentos 30 pontos, dos quais discordam de 4 e diz que não pretendem obstaculizar a acção da Câmara Municipal, estando disponíveis para discutir estas 4 alíneas, afirmando ainda estarem disponíveis para conversar, para dialogar, para negociar sobre o Orçamento e o Plano de Actividades, por se tratar de um documento estrutural para a actividade da Câmara Municipal, com implicações ao nível da economia, das finanças, da acção social, etc, para que possa ser aprovado, para que seja um guião importante para a Covilhã, para o ano de 2014.

O Senhor Presidente respondeu, afirmando que quem elabora o Orçamento é o Executivo em funções e os Senhores Vereadores da oposição darão os contributos prestimosos e construtivos, quando ele for submetido à discussão, não existem conversas de bastidores, mas agradece a sua disponibilidade.

De seguida solicitou ao Senhor Dr. Júlio que explica-se o conteúdo técnico do documento apresentado.

O Senhor Vereador Nelson Silva disse ainda que discorda, por exemplo, na alínea e), o pagamento de horas extraordinárias e ajudas de custo, devem ser da competência da Câmara, bem como a alínea i), as despesas com os fundos de maneo, deve também continuar como está, no órgão.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nelson Silva, deliberou aprovar a proposta apresentada.

b) Delegação de competências nas Freguesias – minuta de acordo de execução

Presente informação da Senhora Directora do Departamento de Administração Geral, datado de 12/11/2013, que de acordo com o estipulado no art.º 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado pelo disposto nos art.ºs 131º e 136º e ainda ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, propõe que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal da Covilhã a

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

autorização para celebrar Acordos de Execução com as Freguesias do concelho, nos termos da minuta, documento apenso à acta.

O Senhor Vereador Pedro Farromba referiu que estava de acordo com o documento apresentado, ressaltando as questões financeiras para as competências que são delegadas nas Juntas de Freguesia, porque o documento não é específico sobre isso.

O Senhor Presidente da Câmara informou que esta matéria decorre da Lei e que o assunto será submetido à autorização da Assembleia Municipal, e que cada protocolo a celebrar com as Freguesias, terá que ser submetido à aprovação do Executivo.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a minuta de Acordo de Execução com as freguesias do concelho – Delegação de Competências nas Freguesias.

Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal da Covilhã, de acordo com o estipulado no art.º 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado pelo disposto nos art.ºs 131º e 136º e ainda ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, a autorização para celebrar Acordos de Execução com as freguesias do concelho.

c) Horário de trabalho

Presente informação do Serviço de Recursos Humanos, datado de 02/09/2013, relativamente à Lei n.º 68/2013, de 29 de Agosto, Novo Horário de Trabalho, na qual se relata o enquadramento legal da mesma e o horário em vigor do Município, completada com o parecer da Directora de Departamento, dando conta que, tendo sido pedida a inconstitucionalidade da Lei ao Tribunal Constitucional, propõe-se que, à semelhança das restantes Câmara Municipais que compõem a Comunidade Intermunicipal das Beiras e da Serra da Estrela, se aguarde pelo parecer do Tribunal Constitucional sobre a matéria.

A Câmara deliberou, não obstante a promulgação da Lei n.º 68/2013, de 29 de Agosto, que tendo sido pedida ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade desta Lei, à semelhança da posição que os restantes municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal das Beiras e da Serra da Estrela pretendem adoptar, aguardar pela decisão do Tribunal Constitucional sobre a matéria.

d) Proposta de Constituição da Comissão Liquidatária da empresa municipal Nova-Covilhã, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM.

Presente informação n.º 293, do Serviço de Património Municipal, datada de 11/11/2013, respeitante à nomeação da comissão liquidatária da Nova Covilhã, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM e os respetivos cargos, propondo, face à exoneração do Presidente e dos demais membros do Conselho de Administração, por força do disposto no n.º 2 do art.º 7.º dos estatutos da empresa, designar os seguintes membros, documento apenso à acta:

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

- Presidente: Vitor Manuel Pinheiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, casado, com domicílio profissional na Praça do Município, 6200-151 Covilhã e contribuinte fiscal n.º 176364463;
- Administrador: Carlos do Carmo Martins, Vice-Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, casado, com domicílio profissional a Praça do Município, 6200-151 Covilhã e contribuinte fiscal n.º 129298840;
- Administrador: Jorge Manuel Galhardo Matos Vieira, Director de Departamento de Obras e Planeamento da Câmara Municipal da Covilhã, casado, com domicílio profissional a Praça do Município, 6200-151 Covilhã e contribuinte fiscal n.º 143161210;

A Câmara deliberou designar a Comissão Liquidatária da Nova Covilhã, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, os seguintes membros:

- **Presidente: Vitor Manuel Pinheiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, casado, com domicílio profissional na Praça do Município, 6200-151 Covilhã e contribuinte fiscal n.º 176364463;**
- **Administrador: Carlos do Carmo Martins, Vice-Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, casado, com domicílio profissional a Praça do Município, 6200-151 Covilhã e contribuinte fiscal n.º 129298840;**
- **Administrador: Jorge Manuel Galhardo Matos Vieira, Director de Departamento de Obras e Planeamento da Câmara Municipal da Covilhã, casado, com domicílio profissional a Praça do Município, 6200-151 Covilhã e contribuinte fiscal n.º 143161210;**

e) Denúncia de contrato de arrendamento – Edifício Ex-Mercado Popular

Presente informação n.º 294 do Serviço de Património Municipal, datado de 11/11/2013, relativo ao Contrato de Arrendamento não Habitacional celebrado com a RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural, celebrado em 01/04/2009 e aditado em 26/07/2011 e em virtude do actual executivo não pretender continuar a utilizar o referido edifício para a dinamização do projeto Espaço das Idades, propõe que o Município denuncie, nos termos da Lei, o contrato de arrendamento não habitacional.

O Senhor Vereador Pedro Farromba afirmou votar contra o documento e que posteriormente apresentará por escrito, a decisão devidamente fundamentada.

A Câmara, com os votos contra dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nelson Silva, deliberou, nos termos da informação dos serviços, denunciar o contrato de arrendamento não habitacional celebrado com a RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural, celebrado em 01/04/2009 e aditado em 26/07/2011, encarregando os serviços de património municipal de comunicar por escrito a presente deliberação, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 1098.º do Código Civil.

f) Sinistralidade automóvel

Presente a informação n.º 289, com data de 04/11/2013, do Serviço de Património Municipal, sobre a sinistralidade automóvel dos veículos municipais, no mês de Outubro, na qual refere que não se registaram quaisquer sinistros.

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

A Câmara tomou conhecimento.

g) G.I.R. do Rodrigo

Presente proposta subscrita pelo Senhor Vereador Joaquim Matias, datada de 11 de Novembro de 2013, propondo que a Câmara delibere no sentido de reatar as relações institucionais entre o Município da Covilhã e o G.I.R. do Rodrigo.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou que fosse comunicado ao G.I.R. do Rodrigo a posição tomada pela Câmara.

O Senhor Presidente agradeceu a proposta do Senhor Vereador Joaquim Matias e disse que este executivo, na sua globalidade e sem excepção, quando foi eleito pelo povo da Covilhã, quis que nos reconciliássemos com toda a gente; estas eleições conferiram um mandato de normalização democrática na Covilhã, de reatar democraticamente as relações institucionais.

A Câmara deliberou aprovar a proposta apresentada.

5.2 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Receções provisórias

- Empreitada de construção do funicular de São João

A coberto da informação n.º 348, de 16/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de construção do funicular de São João, onde se conclui poder ser recebida.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse ter recebido alguns munícipes, que lhe comunicaram o inconveniente do barulho que as pessoas têm em suas casas, questionando se está ou não a ser cumprida a Lei do Ruído e se haverá alguma solução para se minimizar esse incómodo.

O Senhor Engenheiro Vieira diz que a Câmara tem conhecimento das reclamações dos moradores, queixas de ruído e de transmissão de vibrações; a intenção, em relação ao problema do ruído, é instalar barreiras acústicas, para minimizar a propagação dos ruídos, que está a ser tratada. Relativamente às vibrações é uma solução mais difícil, tecnicamente devido à inclinação do funicular e pelo facto de ter curvas ao longo do seu traçado, não facilita a solução ideal que seria a de interpor entre os carris e os maciços de fixação dos mesmos, alguns dispositivos anti-vibração, mas que iriam criar instabilidade e o seu funcionamento, mas que estão a trabalhar para solucionar o problema.

O Senhor Vereador Joaquim Matias afirmou votar favoravelmente o documento, tendo em conta a informação técnica do mesmo.

A Câmara deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de construção do funicular de São João.

- Empreitada de beneficiação das paredes laterais do túnel de acesso ao Ramal de São João de Malta

A coberto da informação n.º 365, de 22/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de beneficiação das paredes laterais do túnel de acesso ao Ramal de São João de Malta, onde se conclui que pode ser recebida.

A Câmara deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de beneficiação das paredes laterais do túnel de acesso ao Ramal de São João de Malta.

- Empreitada de construção do elevador do Parque da Goldra

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

A coberto da informação n.º 294, de 20/09/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de construção do elevador do Parque da Goldra, onde se conclui que pode ser recebida.

A Câmara deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de construção do elevador do Parque da Goldra.

- Empreitada de obra de adaptação a refeitório na Escola EB1 e Jardim de Infância do Rodrigo

A coberto da informação n.º 350, de 16/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de adaptação a refeitório na Escola EB1 e Jardim de Infância do Rodrigo, onde se conclui que pode ser recebida.

O Senhor Vereador Pedro Farromba referiu que nas obras que ali foram feitas, houve um problema com a instalação de gás e os representantes do Pais, solicitaram-lhe por mail, que levasse à reunião de Câmara, o facto do Jardim de Infância estar sem gás, sem aquecimento, desde o início do ano, documento que leu e entregou ao Senhor Presidente.

O Senhor Engenheiro Vieira esclareceu que houve vários estabelecimentos onde foram detetadas incorrecções, que estão a começar a ser feitas, com a devida autorização orçamental, que ocorreu este mês, para se procederem a todas as reparações necessárias.

A Senhora Vereadora Paula Simões diz que têm recebido imensos pedidos de auxílio, tanto para aquecimento, como para pequenas reparações nas escolas, que foi feito um levantamento e foi dada a prioridade absoluta a esses aspectos. Relativamente ao Jardim de Infância do Rodrigo, foram solicitados, por e-mail 4 pontos e apenas um ficou por resolver, que foi o do aquecimento, porque não era uma solução passível de ser resolvida no acto imediato.

A Câmara deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de adaptação a refeitório na Escola EB1 e Jardim de Infância do Rodrigo.

- Empreitada da obra de drenagem e pavimentação no Largo 5 de Outubro

A coberto da informação n.º 375, de 23/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de drenagem e pavimentação no Largo 5 de Outubro, onde se conclui que pode ser recebida.

A Câmara deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de drenagem e pavimentação no Largo 5 de Outubro.

b) Contas Finais

- Empreitada de demolição de habitações sitas na Travessa do Ferreiro, n.ºs 14, 16, 18, 20 e 22

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

A coberto da informação n.º 317, datada de 02/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de demolição de habitações sitas na Travessa do Ferreiro, n.ºs 14, 16, 18, 20 e 22, cujos trabalhos totalizam 24.000,01 €

A Câmara deliberou aprovar a conta final da empreitada de demolição de habitações sitas na Travessa do Ferreiro, n.º 14, 16, 18, 20 e 22.

- Empreitada de trabalhos a efectuar na edificação sita no Bairro das Machedes, Largo da Nossa Senhora dos Prazeres, n.º 5 e 7 – Tortosendo

A coberto da informação n.º 320, datada de 03/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de trabalhos a efectuar na edificação sita no Bairro das Machedes, Largo da Nossa Senhora dos Prazeres, n.º 5 e 7, Tortosendo, cujos trabalhos totalizam 3.200,91 €

A Câmara deliberou aprovar a conta final da empreitada de trabalhos a efectuar na edificação sita no Bairro das Machedes, Largo da Nossa Senhora dos Prazeres, n.º 5 e 7, Tortosendo.

- Empreitada de Requalificação da Rua da Fonte e Rua dos Castanheiros – S. Jorge da Beira

A coberto da informação n.º 354, datada de 17/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de requalificação da Rua da Fonte e Rua dos Castanheiros, freguesia de São Jorge da Beira, cujos trabalhos totalizam 23.339,35 €

A Câmara deliberou aprovar a conta final da empreitada requalificação da Rua da Fonte e Rua dos Castanheiros, freguesia de São Jorge da Beira.

- Empreitada de Requalificação Urbana da Rua Comendador Mendes Veiga, Rua dos Combatentes da Grande Guerra, Rua do Ginásio Clube e Beco da Alegria – Zona de Judiaria

A coberto da informação n.º 360, datada de 18/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de requalificação urbana da Rua Comendador Mendes Veiga, Rua dos Combatentes da Grande Guerra, Rua Ginásio Clube e Beco da Alegria – zona da Judiaria, cujos trabalhos totalizam 144.885,09 €

A Câmara deliberou aprovar a conta final da empreitada requalificação urbana da Rua Comendador Mendes Veiga, Rua dos Combatentes da Grande Guerra, Rua Ginásio Clube e Beco da Alegria – zona da Judiaria.

- Empreitada de Obras de Adaptação a Refeitório na Escola EB1 e Jardim de Infância do Rodrigo – Covilhã

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

A coberto da informação n.º 351, datada de 16/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de obras de adaptação a refeitório na Escola EB1 e Jardim de Infância do Rodrigo, cujos trabalhos totalizam 22.949,30 €

A Câmara deliberou aprovar a conta final da empreitada das obras de adaptação a refeitório na Escola EB1 e Jardim de Infância do Rodrigo.

- Empreitada da obra de remodelação no interior da Escola do 1.º Ciclo em Sobral de S. Miguel

A coberto da informação n.º 363, datada de 21/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de obra de remodelação no interior da Escola do 1.º ciclo em Sobral de São Miguel, cujos trabalhos totalizam 12.180,00 €

A Câmara deliberou aprovar a conta final da empreitada da obra de remodelação no interior da Escola do 1.º Ciclo em Sobral de São Miguel.

- Empreitada de beneficiação das paredes laterais do túnel de acesso ao ramal de São João de Malta

A coberto da informação n.º 366, datada de 22/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de beneficiação das paredes laterais do túnel de acesso ao Ramal de São João de Malta, cujos trabalhos totalizam 10.458,00 €

A Câmara deliberou aprovar a conta final da empreitada da beneficiação das paredes laterais do túnel de acesso ao Ramal de São João de Malta.

- Empreitada de reparação, conservação e beneficiação em vários fogos municipais

A coberto da informação n.º 367, datada de 22/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada reparação, conservação e beneficiação em vários fogos municipais, cujos trabalhos totalizam 17.194,75 €

A Câmara deliberou aprovar a conta final da empreitada reparação, conservação e beneficiação em vários fogos municipais.

- Empreitada de construção de valetas na estrada municipal entre o Ourondo e a Aldeia de São Francisco de Assis

A coberto da informação n.º 15, datada de 11/11/2013, do Departamento de Obras e Planeamento, complementada com a informação n.º 316 de 02/10/2013, foi presente a conta final da empreitada de construção de valetas na Estrada Municipal entre o Ourondo e a Aldeia de São Francisco de Assis, cujos trabalhos totalizam 123.170,00 €

A Câmara deliberou aprovar a conta final da empreitada de construção de valetas na Estrada Municipal entre o Ourondo e a Aldeia de São Francisco de Assis.

- Empreitada da obra de drenagem e pavimentação no Largo 5 de Outubro

A coberto da informação n.º 374, datada de 23/10/2013, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada reparação, conservação e beneficiação em vários fogos municipais, cujos trabalhos totalizam 17.194,75 €

A Câmara deliberou aprovar a conta final da obra de drenagem e pavimentação no Largo 5 de Outubro.

c) Liberação de caucões de contratos de obras públicas

- Empreitada da cobertura dos lados Norte e Sul do Complexo Desportivo da Covilhã

Presente a coberto da informação n.º 330 de 09/10/2013, da Divisão Obras, auto de vistoria à obra de ampliação da cobertura dos lados Norte e Sul do Complexo Desportivo da Covilhã, realizada ao abrigo do Dec. Lei n.º. 190/2012, de 22 de Agosto, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 60 % da caução total da obra.

A Câmara, tendo por base a informação dos serviços, deliberou autorizar a liberação de 60 % da caução prestada no contrato de empreitada da cobertura dos lados Norte e Sul do Complexo Desportivo da Covilhã.

- Empreitada da obra de Trabalhos de colocação de chapim metálico sobre as guardas dos acessos à Ponte Pedonal – Covilhã

Presente a coberto da informação n.º 326 de 09/10/2013, da Divisão Obras, auto de vistoria à obra de trabalhos de colocação de chapim metálico sobre as guardas de acesso à Ponte Pedonal, realizada ao abrigo do Dec. Lei n.º. 190/2012, de 22 de Agosto, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 30 % da caução total da obra.

A Câmara, tendo por base a informação dos serviços, deliberou autorizar a liberação de 30 % da caução prestada no contrato de empreitada da obra de trabalhos de colocação de chapim metálico sobre as guardas dos acessos à Ponte Pedonal.

- Empreitada da obra de fixação da estrutura existente na cobertura do edifício sito na Corredoura, Covilhã

Presente a coberto da informação n.º 325 de 09/10/2013, da Divisão de Empreitadas e Projectos, auto de vistoria à obra de fixação da estrutura existente na cobertura do edifício

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

na Corredoura, Covilhã, realizada ao abrigo do Dec. Lei n.º 190/2012, de 22 de Agosto, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 30 % da caução total da obra.

A Câmara, tendo por base a informação dos serviços, deliberou autorizar a liberação de 30 % da caução prestada no contrato de empreitada da obra de fixação da estrutura existente na cobertura do edifício sito na Corredoura, Covilhã.

- Empreitada da obra de Cobertura do edifício da Antiga Central Elétrica da Covilhã

Presente a coberto da informação n.º 329 de 09/10/2013, da Divisão de Obras, auto de vistoria à obra de cobertura do edifício da antiga Central Elétrica da Covilhã, realizada ao abrigo do Dec. Lei n.º 190/2012, de 22 de Agosto, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 30 % da caução total da obra.

A Câmara, tendo por base a informação dos serviços, deliberou autorizar a liberação de 30 % da caução prestada no contrato de empreitada da obra de cobertura do edifício da antiga Central Elétrica da Covilhã.

- Empreitada da obra de Ampliação da cobertura da bancada do Complexo Desportivo da Covilhã

Presente a coberto da informação n.º 328 de 09/10/2013, da Divisão de Obras, auto de vistoria à obra de ampliação da cobertura da bancada do Complexo Desportivo da Covilhã, realizada ao abrigo do Dec. Lei n.º 190/2012, de 22 de Agosto, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 60 % da caução total da obra.

A Câmara, tendo por base a informação dos serviços, deliberou autorizar a liberação de 60 % da caução prestada no contrato de empreitada da obra de ampliação da cobertura da bancada do Complexo Desportivo da Covilhã.

- Abertura de vala, ramal de gás natural ao edifício na Travessa de Santo António, n.º 11, Teixoso

Presente a coberto da informação n.º 336 de 14/10/2013, da Divisão de Obras, auto de vistoria à obra de abertura de vala, ramal de gás natural ao edifício na Travessa de Santo António, n.º 11, 6200-718 Teixoso, onde se conclui poder autorizar-se a liberação do valor de 1.055,70 € da caução total da obra.

A Câmara, tendo por base a informação dos serviços, deliberou autorizar a liberação da caução prestada no contrato de empreitada da obra de abertura de vala, ramal de gás natural ao edifício na Travessa de Santo António, n.º 11, 6200-718 Teixoso.

- Empreitada da obra de execução de pavimento em relva sintética no Parque Desportivo da Coutada

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

Presente a coberto da informação nº 371 de 23/10/2013, da Divisão de Obras, auto de vistoria à obra de execução de pavimento em relva sintética no Parque Desportivo da Coutada, realizada ao abrigo do Dec. Lei nº. 190/2012, de 22 de Agosto, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 60 % da caução total da obra.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva e, tendo por base a informação dos serviços, deliberou autorizar a liberação de 60 % da caução prestada no contrato de empreitada da obra de execução de pavimento em relva sintética no Parque Desportivo da Coutada.

- **Fornecimento de projetos de especialidades para ampliação do Arquivo municipal**

Presente informação de 17/09/2013, do Serviço de Compras e Concursos, respeitante à caução do contrato de fornecimento dos projectos de especialidades para ampliação do Arquivo Municipal, adjudicado à empresa MTD, Lda..

Os serviços do Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território informam que o contrato se encontra concluído, podendo a respectiva caução ser libertada.

A Câmara, com base na informação dos serviços, deliberou autorizar a libertação da caução prestada pela empresa MTD, Lda., no contrato de fornecimento dos projectos de especialidades para ampliação do Arquivo Municipal.

d) Planos de segurança e saúde

- **Empreitada de requalificação de arruamentos sitos no Bairro da Judiaria, Covilhã**

Presente a informação n.º 322, datada de 03/10/2013, da Divisão de Obras, que propõe a aprovação do Plano de Prevenção e Gestão de RCD e Plano de Segurança e Saúde de requalificação de arruamentos sitos no Bairro da Judiaria, Covilhã, adjudicada à empresa José Manuel Pinheiro Madaleno – Unip., Lda..

A Câmara deliberou aprovar o Plano de Prevenção e Gestão de RCD e Plano de Segurança e Saúde de requalificação de arruamentos sitos no Bairro da Judiaria, Covilhã.

- **Empreitada das obras de requalificação de arruamentos na zona envolvente ao Bairro de Infância XXI, Covilhã**

Presente a informação n.º 321, datada de 03/10/2013, da Divisão de Obras, que propõe a aprovação do Plano de Prevenção e Gestão de RCD e Plano de Segurança e Saúde de requalificação de arruamentos na zona envolvente ao Bairro de Infância XXI, Covilhã, adjudicada à empresa José Manuel Pinheiro Madaleno – Unip., Lda..

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

A Câmara deliberou aprovar o Plano de Prevenção e Gestão de RCD e Plano de Segurança e Saúde de requalificação de arruamentos na zona envolvente ao Bairro de Infantaria XXI, Covilhã.

- Empreitada da obra de alargamento do passeio na Rua Marques D'Avila e Bolama frente ao edifício Fundação da Imaculada Conceição

Presente a informação n.º 341, datada de 14/10/2013, da Divisão de Obras, que propõe a aprovação do Plano de Segurança e Saúde da obra de alargamento do passeio na Rua Marquês D'Avila e Bolama, frente ao edifício Fundação da Imaculada Conceição, adjudicada à empresa Botão Bidarra, Lda.

A Câmara deliberou aprovar o Plano de Segurança e Saúde da obra de alargamento do passeio na Rua Marquês D'Avila e Bolama frente ao edifício Fundação da Imaculada Conceição.

- Empreitada de obras de drenagem e pavimentação no Largo 5 de Outubro, Covilhã

Presente a informação n.º 324, datada de 08/10/2013, da Divisão de Obras, que propõe a aprovação do Plano de Prevenção e Gestão de RCD e Plano de Segurança e Saúde da obra de drenagem e pavimentação no Largo 5 de Outubro, Covilhã, adjudicada à empresa José Manuel Pinheiro Madaleno – Unip. Lda..

A Câmara deliberou aprovar o Plano de Prevenção e Gestão de RCD e Plano de Segurança e Saúde da obra de alargamento do passeio na Rua Marquês D'Avila e Bolama frente ao edifício Fundação da Imaculada Conceição.

e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção Demolição

- Empreitada da obra de alargamento do passeio na Rua Marquês D'Avila e Bolama frente ao edifício Fundação da Imaculada Conceição

Presente a informação n.º 393, datada de 29/10/2013, da Divisão de Obras, que propõe a aprovação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção Demolição da obra de alargamento do passeio na Rua Marquês D'Avila e Bolama frente ao edifício Fundação da Imaculada Conceição, adjudicada à empresa Botão Bidarra, Lda..

A Câmara deliberou aprovar o Plano de Prevenção e Gestão de RCD e Plano de Segurança e Saúde da obra de alargamento do passeio na Rua Marquês D'Avila e Bolama frente ao edifício Fundação da Imaculada Conceição.

f) Estrada de Alvares, n.º 30 - Ferro – abertura de vala no caminho público em terra batida

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

Presente a informação n.º 359, datada de 18/10/2013, da Divisão de Obras, que propõe a autorização de abertura de vala em caminho público em terra batida, freguesia de Ferro, ao requerente Adriano Alves Pereira, com pagamento das taxas previstas no Capítulo V, alínea a), n.º 3 do art.º 17.º do Regulamento Municipal e Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas.

A Câmara deliberou autorizar a abertura de vala no caminho público em terra batida, sito na Estrada de Alvares, n.º 30, 6200-572 Ferro, pelo requerente Adriano Alves Pereira, ficando sujeito ao pagamento das taxas previstas no Capítulo V, alínea a), n.º 3 do art.º 17.º do Regulamento Municipal e Tabela de taxas, Compensações e Outras Receitas.

g) Acordo celebrado para alargamento de curva na R. Dr. Guilherme Raposo de Moura – Aditamento

Presente informação n.º 9, do Departamento de Obras e Planeamento, datado de 05/11/2013, relativo ao acordo escrito celebrado em 27/08/2009 com a família Simões, segundo o qual estabeleceram a cedência ao Município da Covilhã de uma parcela de terreno necessário ao alargamento de uma curva na Rua Dr. Guilherme Raposo de Moura, tendo como contrapartidas a reconstrução do troço de muro em pedra na zona do corte no terreno cedido ao Município, a limpeza e desmatagem periódica do terreno, até à data de aprovação da operação de loteamento cujo licenciamento foi requerido (processo n.º 516), entre outras.

Através de e-mail datado do 18/10/2013, o representante da família comunicou que procedeu à limpeza e desmatagem do terreno, tendo pago o valor de 1.700,00 €, afirmando que “a Câmara se desresponsabilizou” da sua obrigação assumida no Acordo; o anterior Presidente da Câmara manifestou a vontade de reconhecer a obrigação moral do Município e reembolsar o requerente pelo encargo assumido na realização dos trabalhos de limpeza e desmatagem do terreno, propondo ainda que, a Câmara delibere a liquidação do valor pago e que determine a abertura de concurso para a reconstrução do muro referido, através da celebração de um aditamento ao contrato celebrado.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou esclarecimentos relativamente ao incumprimento por parte da Câmara Municipal.

O Senhor Engenheiro Vieira esclareceu que quando se fez o alargamento da curva da rua de acesso ao Bairro dos Penedos Altos, negociou-se com a família Simões, proprietária dos terrenos a disponibilização de terrenos para se fazer a correcção dessa curva. Para esse acordo foram definidas quatro obrigações por parte da Câmara: uma era a construção de um muro na própria curva que foi alargada, outra era a reconstrução de um muro de vedação da propriedade dessa família, nas proximidades, outro era um compromisso financeiro associado à alienação do terreno ocupado para o alargamento da curva e o último tinha a ver com o terreno, propriedade dessa família, do qual saída a parte do alargamento da curva, ao qual existia um pedido de licenciamento, na Câmara. O acordo estabelecia ainda que durante o período em que o licenciamento estivesse em tramitação, a Câmara Municipal se encarregaria de desmatar e limpar o terreno em causa. Recentemente, já este ano, um representante da família veio dizer que foi intimado pelas autoridades para limpar o terreno; analisada a situação verificou-se que a obrigação da Câmara de efectuar

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

essa limpeza teria já terminado em 2009, por nessa data a Câmara decidiu não aprovar a operação de loteamento, e o acordo ter assim, terminado. Os proprietários do terreno procederam à limpeza do mesmo e comunicaram à Câmara, dizendo também que moralmente a Câmara deveria ressarcir o valor pago pela limpeza recente. Como não é possível pagar directamente à família o valor em apreço, a solução proposta consiste em ser feito um aditamento ao acordo celebrado.

A Câmara deliberou liquidar o valor de 1.700,00 € relativo à limpeza e desmatção do terreno pertencente à família Simões, nos termos do Acordo Escrito celebrado em 27/08/2009, e determinar a abertura de concurso para a reconstrução do troço de muro em pedra na zona do corte no terreno cedido ao Município.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou, mais uma vez, a intervenção urgente na estrada do couto mineiro, para que se possam sossegar as pessoas ali residentes e utilizadoras da via em causa.

O Senhor Presidente disse ser prioridade do Executivo, por estarem em risco vidas humanas, dos munícipes que circulam naquele estrada, que oferece perigo por não ter sinalização, não ter uma última camada de asfalto, não ter railes de protecção, etc.

O Senhor Engenheiro Vieira esclareceu que as obras das duas empreitadas estão praticamente concluídas, do Ourondo ao Bodelhão e do Bodelhão até à Aldeia de S. Francisco de Assis, mas não incluíam a totalidade dos trabalhos necessários para que aquelas duas vias fossem concluídas. Significa que a Câmara terá de lançar um novo concurso para a concluir, com trabalhos de pavimentação, de segurança e de drenagem, com um custo estimado de 900.000,00 €

O Senhor Presidente ressaltou que o valor em causa para a conclusão desta obra não têm qualquer comparticipação comunitária, pelo que existirão dificuldades para a sua concretização, mas esperam contorná-las.

5.4. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

a) Atribuição de número de polícia:

- Proc. n.º 653/12 – DIV

Presente informação datada de 28/10/2013, da Divisão de Gestão Urbanística, apensa ao processo n.º 653/12DIV, que propõe a atribuição do n.º 17 de polícia à edificação situada em Rua Conde José Calheiros, freguesia de S. Martinho, prédio omissso na matriz e descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 503/19940921, propriedade de António Jorge Boléu Canário.

A Câmara deliberou atribuir o número 17 de polícia ao edifício situado em Rua Conde José Calheiros, freguesia de S. Martinho, prédio omissso na matriz e descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 503/19940921, propriedade de António Jorge Nobre Boléu Canário.

- Proc. N.º 278/05

Presente informação datada de 28/10/2013, da Divisão de Gestão Urbanística, apensa ao processo n.º 278/05, que propõe a atribuição do n.º 3 de polícia ao Lote 2 da edificação sita na Travessa da Quinta dos Negreiros, freguesia de Santa Maria, prédio inscrito na respectiva matriz com o n.º 1176 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 5559/20040915.

A Câmara deliberou atribuir o número 3 de polícia ao Lote 2 da edificação sita na Travessa da Quinta dos Negreiros, freguesia de Santa Maria, prédio inscrito na respectiva matriz com o n.º 1176 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 5559/20040915.

b) Homologação de Autos de Vistoria

- Processo n.º 901/07 – DIV

Presente o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, apenso ao Processo n.º 901/07DIV, para nos termos do previsto no art.º 89 do RJUE e demais legislação aplicável, seja notificado o proprietário do edifício localizado no Sítio do Pisão Novo, freguesia de S. Martinho, a efectuar os trabalhos nele mencionado.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nelson Silva, deliberou homologar o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, do imóvel localizado no Sítio do Pisão Novo, freguesia de S. Martinho.

- Processo n.º 425/06 – DIV

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

Presente o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, apenso ao Processo n.º 425/06DIV, para nos termos do previsto no art.º 89 do RJUE e demais legislação aplicável, seja notificado o proprietário do edifício localizado na Rua Gregório Geraldes, n.º 29 e 31, freguesia da Conceição, a efectuar os trabalhos nele mencionado.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nelson Silva, deliberou homologar o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, do imóvel localizado na Rua Gregório Geraldes, n.º 29 e 31, freguesia da Conceição.

- Processo n.º 1130/10 – DIV

Presente o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, apenso ao Processo n.º 1130/10DIV, para nos termos do previsto no art.º 89 do RJUE e demais legislação aplicável, seja notificado o proprietário do edifício localizado na Quinta da Boavista, freguesia de Santa Maria, a efectuar os trabalhos nele mencionado.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nelson Silva, deliberou homologar o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, do imóvel localizado na Quinta da Boavista, freguesia de Santa Maria.

- Processo n.º 111/12 – DIV

Presente o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, apenso ao Processo n.º 111/12DIV, para nos termos do previsto no art.º 89 do RJUE e demais legislação aplicável, seja notificado o proprietário do edifício localizado na Rua Comendador Gomes Correia, freguesia de S. Matinho, a efectuar os trabalhos nele mencionado.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nelson Silva, deliberou homologar o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, do imóvel localizado na Rua Comendador Gomes Correia, freguesia de S. Matinho.

- Processo n.º 268/13 – DIV

Presente o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, apenso ao Processo n.º 268/13DIV, para nos termos do previsto no art.º 89 do RJUE e demais legislação aplicável, seja notificado o proprietário do edifício localizado na Praça da Liberdade, n.º 4, Calçada das Pontes e Rua de S. João, freguesia de Tortosendo, a efectuar os trabalhos nele mencionado.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nelson Silva, deliberou homologar o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, do imóvel localizado na Praça da Liberdade, n.º 4, Calçada das Pontes e Rua de S. João, freguesia de Tortosendo.

- Processo n.º 318/13 – DIV

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

Presente o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, apenso ao Processo n.º 318/13DIV, para nos termos do previsto no art.º 89 do RJUE e demais legislação aplicável, seja notificado o proprietário do edifício localizado na Rua Sr.ª da Paciência, n.º 26 e edifício contíguo da Rua da Ramalha, freguesia de S. Martinho, a efectuar os trabalhos nele mencionado.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nelson Silva, deliberou homologar o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, do imóvel localizado na Rua Sr.º da Paciência, n.º 26 e edifício contíguo da Rua da Ramalha, freguesia de S. Martinho.

- Processo n.º 374/13 – DIV

Presente o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, apenso ao Processo n.º 374/13DIV, para nos termos do previsto no art.º 89 do RJUE e demais legislação aplicável, seja notificado o proprietário do edifício localizado na Rua da Corredoura, n.ºs 24, 26, 28, 30, 32, 34 e 36, freguesia de Conceição, a efectuar os trabalhos nele mencionado.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nelson Silva, deliberou homologar o auto de vistoria de conservação, segurança e salubridade de edificação, do imóvel localizado na Rua da Corredoura n.ºs 24, 26, 28, 30, 32, 34 e 36, freguesia de Conceição.

c) Processo n.º 327 – Vistoria de Recepção Definitiva

Presente informação da Divisão de Gestão Urbanística, datada de 17/10/2013, apensa ao processo n.º 327, propondo, face ao processo n.º 131/05.0BECTBN, que decorre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, o agendamento de vistoria para efeitos de Recepção Definitiva para o próximo dia 25/11/2013, notificando-se o interessado/loteador e dando-se conhecimento à provedoria de Justiça da deliberação tomada pelo Órgão.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nelson Silva, deliberou marcar vistoria ao loteamento sito na Quinta do Sangrinhal, freguesia de S. Martinho, para efeitos de Recepção Definitiva, para o próximo dia 25/11/2013 e notificar o interessado/loteador, bem como dar conhecimento à provedoria de Justiça da deliberação tomada pelo Órgão.

5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

a) Projecto “Abrindo caminho para a Igualdade” - Isenção de taxas

Presente informação n.º 344/2013 do Departamento de Educação, Cultura e Desporto, datado de 31/10/2013, propondo, no âmbito do solicitado pela Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ), autorizar o estacionamento da “Carrinha da Igualdade” e isentar do pagamento de taxas de ocupação do local de estacionamento, promovendo ainda, junto das escolas, a divulgação da iniciativa.

O Senhor Vereador Joaquim Matias apresentou pedido para que o projecto, se possível, fosse extensível a todo o concelho da Covilhã.

A Câmara deliberou autorizar o estacionamento da “Carrinha da Igualdade”, entre as instalações da PSP e da Biblioteca Municipal e isentar do pagamento de taxas de ocupação do local de estacionamento a Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ).

b) Nomeação de representantes do Município da Covilhã nos Conselhos Gerais

Presente proposta da Senhora Vereadora Doutora Maria Paula Simões, datada de 31/10/2013, ao abrigo das disposições conjugadas na alínea a) do no n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com disposto na Lei n.º 137/2012, de 2 de Junho, e face à mudança do executivo camarário, propõe que a Câmara nomeie como representantes do Município da Covilhã nos Conselhos Gerais dos quatro Agrupamentos de Escolas, das duas Escolas Secundárias e da Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, os seguintes elementos:

- No caso de vir a ser definido um único representante, indica-se a Sr.ª Vereadora Doutora Maria Paula Simões;
- No caso de vir a ser definido dois representantes, indicam-se a Sr.ª Vereadora Doutora Maria Paula Simões e o Sr.º Vereador Dr. José Pinto;
- No caso de vir a ser definido três representantes, indicam-se a Sr.ª Vereadora Doutora Maria Paula Simões, o Sr.º Vereador Dr. José Pinto e o Sr.º Dr. Jorge Torrão.

A Câmara deliberou designar como representantes do Município nos Conselhos Gerais de Escola, os seguintes elementos:

- **No caso de vir a ser definido um único representante, indica-se a Sr.ª Vereadora Doutora Maria Paula Simões;**
- **No caso de vir a ser definido dois representantes, indicam-se a Sr.ª Vereadora Doutora Maria Paula Simões e o Sr.º Vereador Dr. José Pinto;**
- **No caso de vir a ser definido três representantes, indicam-se a Sr.ª Vereadora Doutora Maria Paula Simões, o Sr.º Vereador Dr. José Pinto e o Sr.º Dr. Jorge Torrão.**

c) Habitação Social

Transmissão de arrendamento

Presente a informação n.º 740/2013, de 29/10/2013, do Serviço de Habitação, dando conta que por falecimento do titular do contrato de arrendamento do r/ch Drt.º do Bloco 9, sito no bairro do Cabeço, no Tortosendo, celebrado com José Francisco de Jesus Monteiro, se dá a transmissão do referido arrendamento ao cônjuge Faustina Pontífice Simplício Monteiro.

A Câmara deliberou autorizar a transmissão do arrendamento do r/ch Drt.º do Bloco 9, sito no Bairro do Cabeço, no Tortosendo, para Faustina Pontífice Simplício Monteiro.

d) Apoios:

Sociedade de São Vicente de Paulo – Conselho de Zona da Covilhã

Presente a proposta n.º 2/2013, datada de 05/11/2013, da Senhora Vereadora Doutora Maria Paula Simões, que no âmbito da política de acção social desenvolvida pelo Município em conjugação com as Conferências Vicentinas do Concelho, com o objectivo de ajudar as famílias mais carenciadas, propõe a atribuição de um subsídio ao Conselho de Zona da Covilhã da Sociedade de S. Vicente de Paulo, para apoio nas despesas inerentes à água, luz, gás, medicamentos e alimentação, entre outras, realizadas no mês de Setembro de 2013, no valor de 1.772,00 €

A Câmara deliberou conceder ao Conselho de Zona da Covilhã da Sociedade de S. Vicente de Paulo um subsídio no valor de 1.772,00 €, para apoio nas despesas realizadas no mês de Setembro de 2013, inerentes à água, luz, gás, medicamentos, alimentação, entre outras, das famílias mais carenciadas, no âmbito da política de acção social desenvolvida pelo Município.

ACTA DA REUNIÃO DE 15/11/2013

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas por unanimidade, com excepção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 13:28 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 3.472,00 €

O Presidente, _____

A Directora do Departamento de Administração Geral _____